

BRK – NE/N/CO S.A.

CNPJ: 34.480.751/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2021: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. São Paulo, 29 de março de 2022.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	69.406	1
Tributos a recuperar (Nota 6).....	25	
	<u>69.431</u>	<u>1</u>
Não circulante		
Partes relacionadas (Nota 10).....	251.444	
	<u>251.444</u>	<u></u>
Total do ativo	320.875	1

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A BRK NE/N/CO S.A. ("Companhia") foi constituída em 09 de agosto de 2019, pela BRK Ambiental Participações S.A., como uma sociedade anônima de capital fechado, com o objetivo a participação no capital social de outras sociedades empresariais e não empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcios e não possui atividade operacional até a presente data. A sede da Companhia está localizada na Av. das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo – SP. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo") e controlada pela BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"). As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 29 de março de 2022. **(a) COVID-19:** Com a disseminação da COVID-19 em escala global, governos e autoridades ao redor do mundo vem implementando medidas para combater o vírus. No Brasil, onde a Companhia atua, estas medidas tiveram seus efeitos principalmente a partir da segunda quinzena de março de 2020. A Companhia vem monitorando atentamente a disseminação da pandemia no território nacional e seus desdobramentos, tendo constituído um Comitê de Gestão de Crise, que está focado em três prioridades: (i) proteger a segurança dos funcionários e clientes; (ii) garantir a continuidade das operações; e (iii) preservar a liquidez financeira da Companhia. O abastecimento de água e os serviços de esgoto são serviços essenciais e parte fundamental no combate à proliferação da COVID-19. Considerando situações e realidades distintas em cada região de atuação, as atividades são planejadas e organizadas de forma a garantir a continuidade do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto aos clientes, com segurança para os funcionários e comunidades, seguindo rigorosamente as determinações das autoridades públicas de saúde. Visando garantir a saúde dos funcionários, a Companhia ampliou o programa de monitoramento de saúde. Foram realizadas avaliações sobre as demais estimativas contábeis considerando os reflexos trazidos pela pandemia, sendo que (i) não há indicativo de mudança no valor recuperável (impairment) de seus ativos imobilizados e intangíveis; (ii) não foi identificado a necessidade de ajuste para realizações dos estoques; (iii) não foi identificado alteração no valor justo das receitas; (iv) não foram identificados impactos significativos nos contratos de arrendamento, e (v) não há eventos ou condições identificadas que afetem de forma significativa a continuidade operacional da Companhia, ou modifiquem de forma significativa a mensuração dos seus ativos e passivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. **(b) Programa SOX:** No exercício de 2021 houve a manutenção do Programa SOX da BRK Ambiental, do qual a Companhia foi parte integrante do escopo, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial informalidade relacionada às informações financeiras das empresas que compõem a BRK Ambiental, do qual a companhia faz parte, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras. **(c) Programa de Compliance:** A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência na implementação do seu Programa de Compliance, tomando por base o total cumprimento de todas as legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos. Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção deste Programa de Compliance, com reporte direto para a Presidência da Companhia, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados, inclusive em sociedades controladas. A BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que uma empresa com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Ainda em 2021, a BRK Ambiental e suas controladas receberam a certificação ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno, reforçando mais uma vez a efetividade do Programa de Compliance e das práticas antissuborno e anticorrupção adotados. **2. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa é equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **2.3. Ativos financeiros e não financeiros: 2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. **2.4. Debêntures:** São reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os valores estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas de debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou todo das debêntures sejam sacadas. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos sobre debêntures como atividade de financiamento. **2.5. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,00% de imposto de renda e de 9,00% para a contribuição social. Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente

Passivo e patrimônio líquido

	2021	2020
Circulante		
Fornecedores (Nota 7).....	7	
Debêntures (Nota 8).....	944	
Tributos a pagar (Nota 9).....	1.249	
	<u>2.200</u>	<u></u>
Não circulante		
Debêntures (Nota 8).....	319.167	
Partes relacionadas (Nota 10).....	5	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11).....	566	
	<u>319.738</u>	<u></u>
Patrimônio líquido (Nota 12)		
Capital social.....	1	1
Prejuízos acumulados.....	(1.064)	
	<u>(1.063)</u>	<u></u>
Total do passivo e patrimônio líquido	320.875	1

pagos excedem o total devido na data da demonstração financeira. **2.6. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido de cada empresa do Grupo BRK. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência. As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das alterações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento para contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. A Companhia não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, portanto a alteração no CPC 06 (R2) não é aplicável para a Companhia. **2.8. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 50 – Contratos de seguro –** Em maio de 2021, o CPC emitiu o CPC 50 – Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro, uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 se aplica a empresas seguradoras, portanto não é aplicável na Companhia. **Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante –** O CPC emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 (R1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. A Companhia avaliou a norma e não identificou impacto na Companhia. **Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis –** O CPC emitiu alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de 'estimativa contábil'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esse esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações não têm impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 26 (R1): Divulgação de políticas contábeis –** O CPC emitiu alterações ao CPC 26 (R1), no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. A Companhia avaliará os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **(b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia mantém o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos atuais dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro: Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, debêntures e partes relacionadas. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. **(a) Risco de crédito:** A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, conforme avaliação das agências S&P e Fitch. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras (Nota 5). **(b) Risco de liquidez:** Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria. Os recursos financeiros são oriundos da transação com partes relacionadas (Nota 10) e, caso necessário, conta com recursos do acionista direto, BRK Ambiental, para fazer face aos compromissos assumidos. **4.2. Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital à acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender participação em ativos para otimizar sua estrutura de capital. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira no exercício findo em 31 de dezembro 2021, pode ser assim sumariado:

	2021	2020
Total de debêntures (Nota 8).....	320.111	
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	(69.406)	(1)
Dívida líquida.....	250.705	
Total do patrimônio líquido.....	1.063	1
Total do capital.....	249.642	1
Índice de alavancagem financeira – %	100%	0%

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos conta movimento.....	20	1
Aplicações financeiras (i).....	69.386	1
	<u>69.406</u>	<u>1</u>

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), fundos de investimento e operações compromissadas predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, com liquidez imediata e remuneração relacionada à média ponderada no período de janeiro a dezembro de 2021 de aproximadamente 101,5% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

6. Tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto de renda.....	25	
	<u>25</u>	<u></u>

7. Fornecedores

	2021	2020
Serviços e materiais.....	7	
	<u>7</u>	<u></u>

8. Debêntures: (a) Composição

Modalidade	Encargos médios anuais	Venci- mento	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2021
Capital de giro.....	6,51%	dez/2023	1.735	(1.666)	321.777
(-) Custo de transação.....					(1.666)
Total.....			<u>1.735</u>	<u>(1.666)</u>	<u>320.111</u>
Total de debêntures curto prazo					1.777
(-) Custo de transação.....					(833)
(-) Circulante.....					944
Total de debêntures longo prazo					320.000
(-) Custo de transação.....					(833)
Não circulante.....					319.167

Em 7 de dezembro de 2021, a controlada direta BRK NE realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única no montante de R\$320.000, com vencimento em 9 de dezembro de 2023. **(b) Movimentação**

	2021
(+) Novas emissões.....	320.000
(+) Encargos financeiros.....	1.777
(+) Adição do custo de transação.....	(1.735)
(-) Custos de transação.....	69
Saldo no final do exercício.....	<u>320.111</u>

9. Tributos a pagar

	2021	2020
Pis e Cofins a recolher.....	115	
Imposto de renda a recolher.....	13	
Imposto sobre operações financeiras a recolher.....	1.121	
	<u>1.249</u>	<u></u>

10. Partes relacionadas

	Ativo não cir- culante	Passivo não cir- culante	Resultado
Mútuos (i)			
BRK Ambiental			
Maranhão S.A.....	2,86%	dez/2023	136.470
BRK Ambiental – Região Metropolitana do Recife/ Goiana SPE S.A.....	CDI + 2,86%	dez/2023	114.974
			<u>251.444</u>

Demais partes relacionadas (ii)

	Ativo não cir- culante	Passivo não cir- culante	Resultado
BRK Ambiental.....	251.444	5	(5)
			<u>1.014</u>

(i) Os contratos de mútuos mantidos entre a Companhia, BRK Ambiental Maranhão S.A e BRK Ambiental – Região Metropolitana do Recife/Goiana SPE S.A., representam transações usuais e recorrentes, tais como coberturas de déficits operacionais de caixa, realização de investimentos e cumprimento de obrigações financeiras previstas nos contratos de financiamentos e debêntures. As remunerações e vencimentos desses contratos são apresentados a tabela acima, e sua classificação entre circulante e não circulante considera o prazo de vencimento estabelecido em cada contrato, conforme critérios gerais previstos no CPC 26 (R1). (ii) O saldo refere-se ao rateio de despesas e serviços prestados pelo acionista controlador, conforme contratos entre as partes. **11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: (a) Composição, expectativa e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	2021	2020
Composição no balanço patrimonial (não circulante).....	2021	
Passivo diferido.....	(566)	

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso,

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	2021	2020
Despesas operacionais	(12)	
Gerais e administrativas (Nota 13 (a)).....	(12)	
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(12)	
Resultado financeiro líquido	1.529	(2.015)
Receitas financeiras.....	(486)	
Despesas financeiras.....	(498)	
Resultado financeiro, líquido	(466)	(498)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11 (a)).....	(566)	
Prejuízo do exercício	(1.064)	
Prejuízo básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	(1.064,00)	

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício.....	(1.064)	
Outros resultados abrangentes.....		
Total do resultado abrangente do exercício	(1.064)	

4.3. Estimativa do valor justo: Caixa e equivalentes de caixa são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores, estejam próximos de seus valores justos. Os saldos mantidos com partes relacionadas, no passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 10. As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da Bolsa de Valores de São Paulo – B3 (anteriormente denominada BM&FBovespa). A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Debêntures estão classificadas como Nível 2 na hierarquia de valor justo, conforme estabelecido nos itens 72 a 90 do CPC 46. **4.4. Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2021	2020
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	69.406	69.406
Partes relacionadas (Nota 10).....	251.444	251.444
	<u>320.850</u>	<u>320.850</u>
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores (Nota 7).....	(7)	(7)
Debêntures (Nota 8).....	(320.111)	(316.861)
Partes relacionadas (Nota 10).....	(5)	(5)
	<u>(320.123)</u>	<u>(316.873)</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos conta movimento.....	20	1
Aplicações financeiras (i).....	69.386	1
	<u>69.406</u>	<u>1</u>

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), fundos de investimento e operações compromissadas predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, com liquidez imediata e remuneração relacionada à média ponderada no período de janeiro a dezembro de 2021 de aproximadamente 101,5% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

6. Tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto de renda.....	25	
	<u>25</u>	<u></u>

7. Fornecedores

	2021	2020
Serviços e materiais.....	7	
	<u>7</u>	<u></u>

8. Debêntures: (a) Composição

Modalidade	Encargos médios anuais	Venci- mento	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2021
Capital de giro.....	6,51%	dez/2023	1.735	(1.666)	321.777
(-) Custo de transação.....					(1.666)
Total.....			<u>1.735</u>	<u>(1.666)</u>	<u>320.111</u>
Total de debêntures curto prazo					1.777